

# **Companhia de Locação das Américas**

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil  
apurado por meio dos livros contábeis  
em 31 de março de 2025**



## **Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis**

Aos Acionistas e Administradores  
Companhia de Locação das Américas

### **Dados da firma de auditoria**

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., doravante simplesmente denominada “Sociedade”, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º andar, partes 1 a 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, CEP 04538-132, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SPO00160/O-5, com seu Contrato Social de constituição registrado no 2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital, no Livro A n.º 03, sob n.º 2.510, 15 de janeiro de 1958, com alterações posteriores registradas no mesmo 2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital, estando a última delas, datada de 18 de dezembro de 2024, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP sob o microfilme no 170.477, em 14 de março de 2025, com filial localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Rua dos Inconfidentes, 911, 17º andar, conjuntos 1701 e 1702 e 18º andar, conjunto 1801, Savassi, CEP 30140-128, inscrita no CNPJ sob o nº 61.562.112/0005-54, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Guilherme Campos e Silva, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG no M-4.000.380, inscrito no CPF sob o nº 714.114.966-04 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP218254/O-1, residente e domiciliado no Estado de Minas Gerais com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração da Companhia de Locação das Américas (“Companhia”) para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de março de 2025, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

### **Objetivo da avaliação**

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2025 da Companhia de Locação das Américas tem por objetivo a incorporação dessa Companhia pela Localiza Rent a Car S.A. em 1º de agosto de 2025.

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

- 3 A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Companhia de Locação das Américas

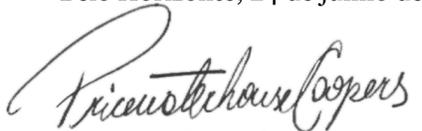
#### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes**

- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial, e CTG 2002, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelos contadores para emissão de laudos de avaliação. Assim, efetuamos o exame do balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

#### **Conclusão**

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 15.093.333.429,14 (quinze bilhões, noventa e três milhões, trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de março de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Companhia de Locação das Américas, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Belo Horizonte, 24 de junho de 2025



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1

**Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Balanco patrimonial sintético  
Em 31 de março de 2025**

	<u>Individual</u>		<u>Individual</u>
	<u>31/03/25</u>		<u>31/03/25</u>
<b>Ativo circulante</b>		<b>Passivo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	623.612.126,53	Fornecedores	384.956.374,99
Aplicações financeiras	2.357.831.339,46	Obrigações sociais e trabalhistas	19.760.051,53
Contas a receber	715.797.885,26	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	1.196.547,87
Dividendos a receber	23.758.081,55	Instrumentos financeiros derivativos	3.746.415,63
Veículos em desativação para renovação da frota	520.724.331,75	Arrendamento por direito de uso	1.564.257,55
Tributos a recuperar	37.980.818,76	Imposto de renda e contribuição social a pagar	164.842.948,38
Outros ativos	83.412.375,27	Outros passivos	93.354.455,85
<b>Total do ativo circulante</b>	<u>4.363.116.958,58</u>	<b>Total do passivo circulante</b>	<u>669.421.051,80</u>
Realizável a longo prazo:		<b>Passivo não circulante</b>	
Contas a receber	23.037.257,72	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	625.319.103,52
Instrumentos financeiros derivativos	17.371.874,75	Arrendamento por direito de uso	3.770.755,06
Depósitos judiciais	99.881.618,32	Provisões para riscos	108.130.252,28
Tributos a recuperar	7.024.487,87	Imposto de renda e contribuição social diferidos	276.123.174,86
Outros ativos	18.784.807,71	Outros passivos	1.477.271,20
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<u>166.100.046,37</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<u>1.014.820.556,92</u>
Investimentos	2.851.020.578,30	<b>Total do passivo</b>	<u>1.684.241.608,72</u>
Imobilizado	8.828.831.417,76	<b>Patrimônio líquido</b>	
Intangível	568.506.036,85	Capital social	14.189.391.105,92
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>12.414.458.079,28</u>	Gastos com emissões de ações	(100.887.897,23)
<b>Total do ativo</b>	<u>16.777.575.037,86</u>	Reservas de capital	571.892.094,90
		Reservas de lucros	197.536.068,04
		Lucros acumulados	235.402.057,51
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>15.093.333.429,14</u>
		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>16.777.575.037,86</u>

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2025**  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**1 Base para elaboração do balanço patrimonial e resumo das principais políticas contábeis**

O balanço patrimonial em 31 de março de 2025 foi preparado com o objetivo da avaliação do patrimônio líquido da Companhia de Locação das Américas para fins de incorporação dessa Companhia pela Localiza Rent a Car S.A. em 1º de agosto de 2025.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2025 foi elaborado e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Na elaboração dessa informação financeira, é necessário utilizar certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para o balanço patrimonial, estão divulgadas na Nota 2.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

**1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação dessa informação financeira é o Real. As informações financeiras são apresentadas em reais, exceto onde indicado de outra forma.

**1.2 Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

**1.3 Aplicações financeiras**

A Companhia considera como títulos e valor mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto e longos prazos que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**1.4 Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao valor justo por meio do resultado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

**1.5 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído no resultado.

Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

**1.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Os derivativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo na data em que seu contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo dos instrumentos

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

financeiros derivativos são reconhecidas no resultado do período, exceto pelas operações designadas como hedge de fluxo de caixa que são registradas em "outros resultados abrangentes". O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa).

No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para assumir diversas transações de hedge. Além disso, no início do hedge e em base contínua, a Companhia documenta se o instrumento de hedge é efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item objeto de hedge atribuíveis ao risco objeto de hedge. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de hedge qualificáveis que são designados e qualificados como hedges de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de hedge desde o início do hedge.

**1.7 Contas a receber**

O saldo de contas a receber corresponde aos valores a receber de clientes pelo aluguel de carros, pela gestão de frotas, e pela venda de veículos no curso normal das atividades da Companhia.

Para os contratos que estão em andamento e serão faturados após o encerramento do período, o montante é calculado com base nos dias incorridos e contabilizado como receita a faturar até o momento em que toda a obrigação contratual for satisfeita.

Ao final de cada período, a Companhia avalia a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização. Essa análise, que tem como objetivo atribuir determinada classificação de risco ao cliente de acordo com os critérios internos definidos pela Administração, leva em consideração a situação financeira atual do cliente, a experiência passada, a posição dos títulos vencidos e a perda de crédito histórica.

As perdas estimadas sobre os saldos de contas a receber a vencer foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito no último ano. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada categoria de atuação, utilizando o percentual de inadimplência observado no período entre 90 e 180 dias após o vencimento, uma vez que, após este período, a efetividade dos processos de cobrança deixa de ser representativa. As posições dentro de cada categoria foram segregadas com base em características comuns de risco de crédito, como classificação de risco de crédito, tipo de produto comprado, forma de pagamento e nível de inadimplência.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**1.8 Investimentos**

**Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

**Perda de controle em controladas**

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

**1.9 Imobilizado e veículos em desativação para renovação da frota**

**Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os veículos em operação, seja nas atividades de aluguel de veículos ou de gestão de frotas, estão classificados no ativo imobilizado, enquanto os veículos em desativação, após o uso nessas atividades, são apresentados como “veículos em desativação para renovação da frota”, no ativo circulante.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia efetua, recorrentemente, revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual da frota de carros e, anualmente, dos demais itens do imobilizado. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 31 de março de 2025, a vida útil dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

<b>Ativos</b>	<b><u>Vida útil em anos</u></b>
<b>Veículos</b>	
Divisão de aluguel de carros	1
Divisão de gestão de frotas	de 1 a 5
<b>Outros imobilizados</b>	
Imóveis	25
Móveis e utensílios	10
Outros imobilizados	de 5 a 10

A vida útil das benfeitorias e do direito de uso considera os respectivos prazos contratuais dos aluguéis.

A despesa com depreciação do ativo imobilizado é alocada na demonstração do resultado do período conforme sua natureza e alocação.

**Depreciação dos veículos**

A depreciação estimada dos veículos é calculada pela diferença entre o custo de aquisição dos veículos e seu valor estimado para a data prevista de venda, deduzidos os descontos comerciais e as despesas de venda estimados, sendo reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente reconhecido até o final da vida útil estimada, pelo método linear. A Companhia reavalia periodicamente a aderência dos métodos de depreciação para melhor refletir a equalização dos custos de manutenção e depreciação durante a vida útil dos veículos.

A estimativa do valor residual, considera premissas que podem afetar a depreciação:

- Descontos comerciais estimados: nas vendas para consumidores e principalmente para revendedores são negociados descontos comerciais. Estimativas de descontos abaixo do realizado impactam negativamente o resultado quando da venda dos veículos.
- Despesas estimadas de venda: as vendas para revendedores e principalmente para consumidores necessitam de uma rede de lojas, equipe de vendedores e gastos com publicidade. Estimativas destes gastos abaixo do realizado também impactam negativamente o resultado quando da venda dos veículos.

**Depreciação de outros imobilizados**

As construções, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros e direito de uso são depreciadas durante o prazo de vigência do contrato de locação e considera a expectativa de renovação ou alienação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Os terrenos e as construções em andamento não são depreciados.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**Veículos em desativação para renovação da frota**

São classificados como “veículos em desativação para renovação da frota”, no ativo circulante, os veículos cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os veículos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a administração está comprometida com a venda dos veículos desativados do imobilizado; (iii) os veículos são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Os veículos em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como “veículos em desativação para renovação da frota”.

Não há ativos relacionados a veículos em desativação para renovação de frota mantidos como garantia.

**1.10 Intangível**

A prática contábil adotada pela Companhia é de registrar os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, ao custo deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de 5 anos, sendo a despesa alocada na demonstração do resultado do período, conforme sua natureza e alocação.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia adota a prática de demonstrar o ágio resultante de uma combinação de negócios, classificado como de vida útil indefinida, ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada ao valor recuperável, se houver.

**Carteira de clientes**

As relações contratuais com clientes (carteira de contratos de locação adquirido de terceiros), são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo remanescente de contrato com o cliente.

**Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com colaboradores alocados no desenvolvimento de softwares.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

**Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

**Teste de perda por redução ao valor recuperável**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), de acordo com as visões de análises usadas pela Administração. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com a empresa adquirida e o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**Mais valia advinda da aquisição de investidas**

A Companhia realizou a aquisição da companhia Unidas S.A. no exercício de 2018, Unidas Agro Locação de Veículos S.A. em 2019, Unidas Veículos Especiais S.A. e Iter Tecnologia S.A. no exercício de 2020 e Getrak Servicos S.A. e Sofit Software S.A. no exercício de 2021. Na determinação da alocação do preço de compra foi apurada a mais valia dos contratos com clientes já existentes nas seis companhias e mais valia de software identificado na Iter Tecnologia S.A., Getrak Servicos S.A. e Sofit Software S.A.. As empresas Iter Tecnologia S.A. e Sofit Software S.A. foram incorporadas em novembro de 2024 pelas companhias Getrak Servicos S.A. e Agile Gestão de Frotas e Serviços S.A., respectivamente.

**Amortização das mais valias de software**

O valor da “mais valia” identificada em cada aquisição é apropriado de forma linear conforme vida útil remanescente apurada de acordo com laudo de avaliação, cuja amortização acontecerá no prazo médio de 6 anos e 7 meses.

**Amortização das mais valias das carteiras de clientes**

O valor da “mais valia” identificada em cada aquisição é apropriado de forma linear conforme vida útil remanescente apurado de acordo com laudo de avaliação, cuja amortização acontecerá no prazo médio de 2 anos e 3 meses.

**Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa**

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) foi alocado por grupos de UGCs, sendo gestão de frotas, locação de veículos e telemetria, que no entendimento da Administração, esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos.

**1.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

Para os ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a Companhia avalia, ao fim de cada exercício, se há alguma indicação de redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio na aquisição de investimento, são submetidos anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

**1.12 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**1.13 Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nessas informações financeiras.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**1.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**1.15 Arrendamentos por direito de uso**

A Companhia, em decorrência de suas operações aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

A Companhia reconhece os arrendamentos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os pagamentos de arrendamento são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário na data de aplicação inicial e, se necessário, o valor contábil é remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento.

A Companhia aplica taxa de desconto apurada com base na expectativa da taxa livre de risco divulgada pelo Banco Central para o prazo ponderado de seus contratos, ajustada à realidade da Companhia (“spread”). A taxa de desconto utilizada é revisada anualmente, ou quando necessário, e aplicada a contratos de arrendamento novos ou modificados conforme previsto pela norma.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**1.16 Provisões para riscos e depósitos judiciais**

A Companhia adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável ou, ainda, que decorram de obrigação legal de pagar. As provisões são mensuradas pelo valor presente e representam a melhor estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A efetiva liquidação das provisões poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações financeiras. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia contesta judicialmente algumas questões relativas a processos cíveis, tributários, previdenciários e trabalhistas, tendo sido registradas provisões cujos fluxos de pagamentos, se ocorrerem, são incertos e para as quais existem prováveis riscos de perda, segundo a opinião dos assessores legais.

**1.17 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos**

A Companhia adota o procedimento contábil de reconhecer crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nessas informações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável de cada período, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Para fins de apresentação dessas informações financeiras, os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a e mesma autoridade fiscal.

**1.18 Patrimônio líquido**

**Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**Reservas de lucros**

**(I) Reserva legal**

Reserva constituída conforme determina a legislação societária, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social realizado. Conforme artigo 193 § 1º da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de capital.

**(II) Reserva de investimentos**

Conforme artigo 23, § 2º do seu Estatuto social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por finalidade o reforço de caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia, e que será formada por 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções e destinações legais e estatutárias, salvo se de outra forma deliberado pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral. O limite máximo para a constituição da Reserva de Investimentos será o montante correspondente ao valor do capital social da Companhia subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que, atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

**Reserva de capital**

**Opções outorgadas reconhecidas**

Reserva destinada ao reconhecimento dos planos de incentivo de longo prazo, devidamente aprovados em Assembleias, os quais conferem opções de compra ou ações da Localiza a determinados executivos e colaboradores elegíveis. O objetivo desses planos é atrair, motivar e reter esses executivos e colaboradores, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia.

Os custos dos planos para a Companhia são mensurados pelo valor justo na sua data de outorga e estimados com base no modelo denominado *Black & Scholes* aplicado para cada uma das *tranches* de cada um dos programas separadamente. A quantidade de ações/opções outorgadas é ajustada pela expectativa de *turnover* uma vez que, caso o beneficiário deixe a Companhia antes do *vesting period*, ele perde o direito de exercer as opções. Essa expectativa é revisada de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período de vigência dos planos.

Para os planos de ações e opções, a Companhia adota o procedimento de reconhecer esses custos pelo método linear durante o *vesting period*, compreendido entre a data de outorga (concessão) até a data em que o colaborador tem o direito ao recebimento da ação ou exercício da opção, com um correspondente aumento (i) no patrimônio líquido, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas”

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

incluída nas “reservas de capital”; e (ii) na demonstração do resultado do período, sendo alocado nas rubricas “custos”, “despesas com vendas” e “despesas gerais, administrativas e outras”, conforme alocação dos colaboradores.

Para o plano de pagamento baseado em ações - Ações virtuais, a Companhia reconhece os custos com base na variação do valor da ação da Localiza a cada período de divulgação, até a data da sua liquidação, com um correspondente aumento (i) no passivo, na rubrica “obrigações sociais e trabalhistas”; e (ii) na demonstração do resultado do período, sendo alocado nas rubricas “custos”, “despesas com vendas” e “despesas gerais, administrativas e outras”, conforme alocação dos colaboradores.

Os *vestings* dos planos ocorrem de forma proporcional, gradual e anual, com base no total de ações outorgadas, divididos em 5 anos iguais e consecutivos, sendo que cada ano representa 20% da quantidade de ações outorgadas ao beneficiário. O *vesting* é condicionado a permanência do beneficiário na Companhia no período de, no mínimo, 1 ano a, no máximo, 5 anos. A Companhia tem 30 dias a partir da data de *vesting* para realizar a transferência das ações (para os programas de ações diferidas) ou a liquidação em caixa (para o programa de ações virtuais) e o pagamento dos reflexos trabalhistas.

**Destinação do resultado**

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76.

**1.19 Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária e variação cambial**

Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação contratual, legal ou cambial são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice (exceto pelo passivo de arrendamento). Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias e cambiais são reconhecidos no resultado do período de acordo com o regime de competência.

**2 Estimativas contábeis e julgamentos críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A administração efetua julgamentos, elabora estimativas e adota premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nessas informações financeiras.

14 de 15

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Companhia de Locação das Américas, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 24 de junho de 2025.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 24 de junho de 2025**

**Companhia de Locação das Américas**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 31 de março de 2025  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração referem-se a:

- (i) avaliação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos;
- (ii) provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa);
- (iii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado;
- (iv) avaliação da recuperabilidade de ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura;
- (v) provisões para riscos; e
- (vi) apuração do imposto de renda e contribuição social.

A administração revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, dentro de seu período de competência.

\* \* \*